



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO 17 - Nº 316 - DE 03 a 17 DE ABRIL DE 2006 - R\$ 1,50

Lula decreta salário mínimo de fome de R\$350

**Por um salário mínimo vital,
calculado nas assembléias**

**Eleições: a disputa interburguesa e a
luta pela independência dos explorados**

**Greve dos professores
municipais de São Paulo**



**Bolívia: Governo Evo é uma
caricatura do MNR de 1952**



**A luta dos estudantes e trabalhadores
na França contra a precarização do trabalho**

Eleições: disputa interburguesa e luta pela independência dos explorados

A queda de Palocci

A derrubada do Ministro Palocci foi mais um episódio da disputa interburguesa ao redor das eleições presidenciais de 2006. Instruído pelo senador Antero Paes de Barros, do PSDB, as denúncias do caseiro Francenildo contra Palocci e a chamada “República de Ribeirão” mostraram dezenas de negociatas realizadas em clima de festa e bordel numa mansão em Brasília, nos tempos da gestão municipal petista em Ribeirão Preto. O governo acionou o poder judiciário para evitar que a CPI dos Bingos investigasse as falcatruas petistas no interior do Estado de São Paulo. Mas tentou encontrar seu maior trunfo na revelação do extrato bancário de Francenildo, que provava depósitos de 25 mil reais em favor do caseiro. A publicação do extrato visava a desqualificar seu depoimento, mas os métodos ilegais de obtenção levaram a mais ataques contra Palocci e o governo. A confirmação pelo presidente da Caixa Econômica Federal de que havia entregue o extrato nas mãos de Palocci inviabilizou sua permanência no ministério. A substituição por Guido Mantega reafirma a linha governamental de amenizar a política de juros, atendendo a pedidos de um setor empresarial, que reivindica a redução das taxas. O ex-presidente do BNDES, que no último período engrossava as críticas à linha de Palocci, jurou que manterá a atual política econômica. O certo é que a política econômica é ditada pelo capital financeiro, que tem seu homem de confiança no Banco Central (Henrique Meirelles). Um dos principais trunfos para a reeleição de Lula está em sua submissão ao capital financeiro, ao lado do apoio do imperialismo, do assistencialismo e do controle sobre as organizações de massa (CUT, sindicatos, UNE etc.).

As CPIs e a oposição

As CPIs são meras caixas de munição para denúncias a serem empregadas na disputa eleitoral. A CPI dos Correios isentou Lula de responsabilidade e juntou Eduardo Azeredo (PSDB) à lista de

mensaleiros do PT e aliados. A CPI dos Bingos se desviou para multiplicar as denúncias sobre o caixa 2 do PT, deixando seu foco de lado. No julgamento dos corruptos pela Comissão de Ética da Câmara dos Deputados e pelo plenário, a maioria já foi inocentada. Até agora, só Jefferson (PTB), Dirceu (PT) e Correa (PP) foram cassados. É possível que João Paulo (PT) também seja, pelo papel de “pau mandado” de Dirceu desempenhado quando era presidente da Câmara. A absolvição da maioria de bandidos comprova que a CPI e o próprio parlamento, os deputados, jamais julgariam a si mesmos. O ponto máximo das CPIs foi quando um setor formulou a possibilidade de impeachment de Lula, mas que logo retrocedeu diante das pressões contrárias do governo norte-americano. A oposição (PSDB/PFL) passou a jogar para deixar Lula desgastado ao extremo, inviabilizando sua reeleição. As últimas pesquisas, no entanto, têm dado vantagem à reeleição, mostrando que as denúncias de corrupção afetaram muito mais um setor da classe média, enquanto o grosso das massas passaram à margem da disputa interburguesa. O primeiro mandato de Lula contou com apoio popular, controlando as principais organizações de massa, aplicando as diretrizes ditadas pelo capital financeiro internacional, e favorecido por uma conjuntura econômica mundial favorável. O potencial de crise para o 2º. mandato divide a burguesia em relação ao apoio à reeleição.

O PMDB no quadro de disputa interburguesa

As forças políticas burguesas atuam para se fortalecer no quadro de disputa eleitoral. O PMDB, maior partido burguês, procura se colocar como fiel da balança na disputa entre PT e PSDB. A escolha de Garotinho para disputar a presidência teve de contornar uma liminar impetrada pelo setor governista, que deseja uma aliança com Lula já no primeiro turno. Mesmo entre os que buscam a chamada candidatura própria, há aqueles que só o fazem para valorizar a

aliança com o governo, buscando ampliar o controle de ministérios e demais cargos. Outros buscam uma aliança com o PSDB. Garotinho parece visar ao acúmulo de forças para uma candidatura viável em 2010. A intervenção do poder judiciário, que impediu a anulação da verticalização já para este ano, foi uma medida em favor do governo, porque inviabiliza as alianças do mesmo PMDB com os partidos de oposição nos estados. A ala governista tem em seu favor mais um argumento para se juntar ao PT: em troca desse apoio, pode obter vantagem para a eleição de seus candidatos em vários estados.

A aliança PSDB/PFL

O PSDB e o PFL finalmente chegaram a um acordo sobre a disputa da sucessão presidencial. A disputa entre Serra e Alckmin se definiu em favor deste, que contava com mais apoio entre a burguesia paulista e os integrantes do PSDB. O lançamento de Serra foi avaliado como temerário, diante da possibilidade de não contar com amplo apoio do poder econômico e da ascensão nas pesquisas do governo Lula. Havia ainda a tendência da perda de posições no governo do Estado de São Paulo e na prefeitura da capital paulista. Somada à derrota para a presidência, poderia colocar o PSDB em posição inferior à ala oposicionista do PMDB para as eleições de 2010. Já com Alckmin, abre-se a possibilidade de reconquista do governo estadual com Serra, de apoio econômico certo para a campanha de 2006 e, na pior hipótese, ganho de projeção nacional para 2010. Alckmin logo prometeu dar continuidade à atual política econômica, enfatizando apenas sua suposta maior competência para administrar e os dois aspectos ao redor dos quais a burguesia disputa: política fiscal (gastos públicos e impostos) e política de juros. No quadro que Lula mostra força para a reeleição, o PFL não poderia dividir votos com o PSDB, pois seria ruim para ambos. A aliança é uma tábua de salvação para os dois partidos, que prosseguem sua campanha de denúncias contra o governo do PT.

A unidade e divisão interburguesa

A disputa interburguesa não esconde que há uma grande unidade dos bandos capitalistas ao redor da atual política econômica, ou seja, em se submeter às diretrizes impostas pelo capital financeiro internacional. O imperialismo dita as regras, as quais seguem os governantes burgueses. O sustento do parasitismo financeiro ao redor da dívida pública e dos juros, a abertura de mercado favorável às multinacionais (que deve avançar agora para os serviços), a destruição de serviços sociais públicos em benefício da valorização artificial de capital (privatização), as medidas de destruição de direitos trabalhistas (superexploração do trabalho), todas elas estão nos planos de todas as frações capitalistas em disputa. Os choques que levam à luta interburguesa são ao redor de aspectos que não se contrapõem à essência das diretrizes neoliberais: setores da burguesia reclamam dos juros altos, do excesso de gastos governamentais e da pesada carga tributária.

As esquerdas e as eleições

As esquerdas em geral preparam-se para as eleições reforçando as ilusões democráticas das massas. O PSol já lançou

a candidatura de Heloísa Helena, considerada viável para atingir uma meta eleitoral entre 7% e 10% dos votos. O PSol comparece como uma reedição do reformismo petista, uma tentativa de reestabelecer um referencial eleitoral de esquerda pequeno burguesa, identificado como “socialismo democrático”, portanto oposta à política revolucionária do proletariado. Para alcançar seu objetivo, busca uma aliança com o PDT burgues, que está em oposição ao governo do PT/Lula. Tem rejeitado uma aliança com o PSTU, que levaria a perder votos de uma camada mais conservadora da pequena burguesia.

O PSTU tem apelado ao PSol por uma aliança. Admite de antemão a candidatura de Heloísa Helena, o que torna fantástica a sua proposta de discussão de um programa. Não há discussão séria de programa à margem da candidatura que o expressará. A exigência de que o PSol não faça alianças com partidos da burguesia, quando o PSol já anunciou sua disposição de buscar o PDT burgues, se mostra uma farsa. A disposição de renúncia *a priori* de sua candidatura em favor da do PSol reafirma o seguidismo do PSTU ao reformismo. Inviabiliza uma discussão séria de uma frente de esquerda que pudesse expressar a independência de classe nas eleições.

Uma intervenção frentista com inde-

pendência de classe só poderia se constituir a partir de uma plenária de todas as correntes de esquerda, que debatesse democraticamente o programa e as candidaturas, com uma ampla convocação nas fábricas, nos bairros operários, nos acampamentos camponeses, nas escolas etc. Uma plenária dessa natureza poderia permitir a expressão democrática de todas as posições e decidir a partir do debate das políticas, e não do conchavo entre correntes.

A independência de classe só poderia se expressar em oposição ao eleitoralismo: levantar as bandeiras de luta pelas reivindicações, de choque com a burguesia, seus partidos, seu governo e suas instituições. Mas isso estaria em contradição com a atuação do PSol, por exemplo, que se juntou à oposição burguesa na farsa das CPIs, que submetem as massas às disputas interburguesas.

A necessidade de intervir nas eleições decorre do grau de ilusão das massas na democracia burguesa. O partido revolucionário, ainda em construção, não tem condições de lançar seus candidatos próprios. Inviabilizada a possibilidade de atuar em frente, terá de utilizar a defesa do voto nulo como meio de combater as ilusões eleitorais e propagandear seu programa revolucionário, que tem como tática essencial a ação direta das massas.

Eleições de 2006 em Rondônia

Em meio às denúncias de corrupção que pipocam da capital às demais cidades do Estado de Rondônia, as composições e alianças entre os diversos partidos já se configuram, confirmando a adaptação do PT à ordem burguesa em todos os recantos.

O PSB se reúne dia 18 deste mês na cidade de Ji-Paraná, pretendendo lançar candidatura própria ao senado e governo. Estão buscando alianças com o PL, PSL, PTB, PSDB e com o PDT.

O PTB reuniu-se sábado dia 11/03, na cidade de Cacoal, confirmando o deputado federal Nilton Capixaba como pré-candidato ao governo de Rondônia.

O Partido Progressista – PP, reuniu-se e decidiu que não lançará candidatura própria para governo e que ainda vão buscar as alianças.

O PPS, ao qual o governo Cassol fili-

ou-se, após afastar-se do PSDB, reuniu sua cúpula também para discutir as alianças para compor a disputa ao Palácio Getúlio Vargas, em Rolim de Moura, cidade onde Cassol já foi prefeito e onde ele é acusado por crime de responsabilidade fiscal. Foi o governo Cassol quem comandou as discussões. O ex-deputado federal, Expedito Júnior foi lançado como pré-candidato para governo. Não se descartou a possibilidade de alianças com o PT e PMDB.

As lideranças do PT, ao se reunirem também no dia 11, em Ouro Preto do Oeste, já decidiram que vão se aliar ao PMDB, avaliando esse partido como base de sustentação do governo federal. Mas que estão para decidir se irão ou não aceitar alianças com o PSDB e PFL. Essa decisão ainda depende da reunião que será realizada no mês de abril. Táci-

to, presidente regional do partido, afirma que essas alianças ainda não estão descartadas, mesmo que estes partidos não façam parte da base do governo federal. A senadora Fátima Cleide é o nome mais enfatizado como pré-candidata ao governo de Rondônia pelo PT.

O PMDB ainda está definindo a candidatura, decidirá entre o ex-ministro da previdência Amir Lando e o ex-prefeito da cidade de Vilhena.

Esse quadro de definição eleitoral mostra os partidos da burguesia se preparando para arrastar os explorados a apoiá-los. Os candidatos e as alianças objetivam enganar a população com muita propaganda, promessas e mentiras. As eleições são o campo político da burguesia para manter a propriedade privada dos meios de produção, a exploração das massas e enriquecer a classe capitalista.

Que frente quer o PSTU com P-SOL e PCB?

O PSTU fez um chamado à formação de uma “Frente de Esquerda Socialista e Classista” para atuar nas eleições de outubro. Dirige-se fundamentalmente ao P-SOL. Tem como certo a adesão do Partido Comunista Brasileiro (PCB). E pretende que o MST e outros movimentos sociais rompam com o governo do PT e adiram à Frente. Acrescenta no seu chamado “outras organizações de esquerda dos trabalhadores que se dispuserem”. E conclui: “Para isso defendemos a realização de um **Encontro Nacional aberto** desta frente com vistas a unificar todos estes setores, podendo ser útil inclusive para dirimir possíveis diferenças que porventura venham ocorrer no marco da Frente”.

Publicou seis pontos como “**Proposta Apresentada Pelo PSTU à Direção do P-SOL**”.

Pode-se notar que o objetivo do PSTU é o de obter um acordo com P-SOL. Não faz um chamado a todas as correntes que se reivindicam da luta revolucionária a discutir a Frente e os pontos do programa. A menção a outras organizações é apenas um apêndice. Considera que o ponto de partida da frente é “a força real dos distintos partidos e organizações que podem compor esta frente, de acordo com seu peso social”. Nesse caso, o P-SOL é cotado como a tal força, não só eleitoral, mas também social. O Encontro Nacional não é condição democrática para constituir a Frente. Pode ocorrer ou não.

Concluimos que a frente proposta pelo PSTU não tem nada de antiimperialista e anticapitalista. Pretende-se uma frente eleitoral com o P-SOL, segundo cálculos eleitorais.

Candidatura de Heloísa Helena

“Partimos do pressuposto de que é natural que a candidatura à presidência da república seja da companheira Heloísa Helena, do P-SOL. No entanto, no

marco de uma frente constituída pelo P-SOL, PSTU e PCB, reivindicamos para o PSTU o direito de indicação da vice-presidência, uma parte do tempo de TV nacional” – eis a condição real exigida pelo PSTU.

O princípio da frente não é o programa antiimperialista e anticapitalista a que se refere Eduardo Almeida, no artigo *PARA QUE OS REVOLUCIONÁRIOS PARTICIPAM NAS ELEIÇÕES?*, mas sim a candidatura mais conhecida e que traga mais votos. É assim que o PSTU apresenta antecipadamente os termos para um acordo com o P-SOL e PCB.

A senadora Heloísa Helena não tem como expressar perante as massas posições antiimperialistas e anticapitalistas. Sua escola é o reformismo e o oportunismo parlamentar. Já se pronunciou a favor de uma frente com o PDT, que só não sairá devido à manutenção da verticalização. Mesmo assim o P-SOL continua insistindo em negociar uma frente com esse partido burguês, como relata o jornal Opinião Socialista de 23\03. De todos os lados se procuram alianças que tragam votos e elejam parlamentares.

O PSTU mostra-se desesperado por convencer a direção do P-SOL a definir de vez a ruptura com o PDT. E por incorporar a idéia de uma frente que possibilite ao PSTU projetar suas candidaturas. Mesmo diante das manobras realizadas pelo P-SOL em torno de uma frente burguesa com o PDT, o jornal Opinião Socialista insiste que “a candidatura de Heloísa Helena pode ser um ponto de convergência para formar a frente classista e socialista (...)”

O PSTU ao dizer que o P-SOL precisa mostrar “uma cultura de frente” e “não uma postura sectária, hegemônica, ocupando todos os cargos majoritários” indica a que ponto estão as negociações de cúpula. A proposição de um programa antiimperialista e anticapitalista não passa de um enfeite desenhado pelo PSTU para a frente almejada.

Aceitar uma frente eleitoral capita-

neada pelo P-SOL significa adaptar-se ao reformismo pequeno burguês, que até ontem defendia Lula como solução para a vida das massas. E que na crise de corrupção fez frente com o PSDB\PFL contra o governo do PT, mostrando-se incapaz de atuar revolucionariamente contra o conjunto da política burguesa. Foi graças a essa política que Heloísa Helena se projetou nacionalmente. Para isso, teve apoio da imprensa capitalista.

Por uma real discussão democrática

Não se pode de antemão rejeitar o chamado a constituir uma frente eleitoral entre as correntes que se reivindicam da luta antiimperialista e anticapitalista. O proletariado, os camponeses, a classe média urbana e a juventude têm ilusão nas eleições, embora o governo, o parlamento e os partidos burgueses mostrem-se completamente apodrecidos e algozes do povo.

A atuação nas eleições, nestas condições, torna-se necessária para o partido revolucionário denunciar a política burguesa, defender um programa de ação direta e organizar independentemente os explorados no seu terreno próprio de luta. Nesse mesmo sentido, uma frente eleitoral que congregue as esquerdas no campo revolucionário e as contraponha ao conjunto dos partidos da burguesia é progressivo. Portanto, não será constituída segundo cálculos eleitorais e nem por meio de acordos de gabinete, como vem procedendo o PSTU com o P-SOL.

O correto é convocar plenárias locais, regionais, sindicais e nacionais, de forma a se constituir um movimento de aglutinação da vanguarda em torno de pontos claros de um programa antiimperialista e anticapitalista; de forma a que todas as correntes apresentem suas posições com liberdade de crítica e que as candidaturas também sejam decididas nas plenárias, sejam proletárias e revolucionárias. E de forma que se possa combater o eleitoralismo.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Emprego e salário mínimo vital para a juventude

Governo do PT/ Lula contribui com a superexploração da juventude

No Brasil, 40 milhões de trabalhadores da ativa e aposentados recebem *até* um salário mínimo, sendo que 24 milhões ganham *exatamente* essa miséria, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. O reajuste do salário mínimo para R\$ 350,00 significa manter a miséria de milhões.

O governo Lula promove o aumento da exploração, à medida que implanta seu Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. Sob o pretexto de “combater a pobreza e a exclusão social”, de combinar “formação técnico-profissional” com inserção no mercado de trabalho, esse governo estabelece parcerias com ONG’s e empresas privadas.

As empresas que contratam jovens recebem R\$ 1.500,00 por ano por vaga oferecida. Já, o jovem contratado recebe um salário mínimo, vale-transporte e, às vezes, auxílio alimentação. Sua jornada é de 6 ou 8 horas de trabalho; se for de 6, ele recebe menos que um salário mínimo. Além disso, há o desconto em seu salário para o pagamento do FGTS.

Por meio desse programa, o “incentivo” aos patrões significa que, na prática, eles desembolsarão apenas 64% do valor do salário, pois 36% o governo banca. Um pouco a mais da metade do salário mínimo é o que a burguesia vai gastar para explorar à vontade a força de trabalho de jovens, que serão moldados / domesticados no trabalho $\frac{3}{4}$ “formados” ou “capacitados” na linguagem hipócrita do governo burguês do PT.

O “investimento” na formação dos jovens leva ainda o governo a estabelecer convênios com as ONG’s, que servem para a “consolidação da parceria governo-sociedade”. Como elas já têm um trabalho “onde o Estado não consegue chegar”, trata-se de aproveitá-lo para o “bem dos jovens”. As ONG’s são grupadas através do “Consórcio Social da Juventude”, o qual deve priorizar o atendimento aos jovens com maior dificuldade de acesso ao trabalho (quilombolas e afros-descendentes, indígenas, egressos de entidades sócio-educativas etc.). Esses jovens terão uma bolsa no va-

lor de R\$ 150,00 por mês em troca de orientação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho. Mas, não pára por aí: deverão ainda prestar serviços comunitários. Esse é o projeto intitulado Serviço Social Voluntário (ligado ao Programa Primeiro Emprego).

Há ainda a exploração da juventude através do projeto Soldado Cidadão. Com a desculpa de querer garantir “acesso a cursos de capacitação e formação profissional”, o governo aumentou o número de jovens obrigados a prestar Serviço Militar. Com isso, 30 mil recebem um salário mínimo e cursos (nas áreas de telecomunicações, automobilística, alimentícia, construção civil e artes gráficas) que implicam treinamento. Este último consiste em usar a força de trabalho dos soldados para a construção de casas populares (a meta do governo são 30 mil casas) e recuperação e conservação de rodovias. O governo do PT / Lula, neste caso, promove diretamente a superexploração do trabalho, e diz que possibilita a “qualificação em diferentes especialidades da construção civil”.

Há uma tendência no país, segundo pesquisa da FGV: a remuneração do trabalhador brasileiro é maior quando ele atinge por volta de 51 anos de idade (o salário é 110% maior do que quando ele tem 16 anos). Essa evolução do salário por idade independe do grau de instrução. Quanto ao emprego a possibilidade é maior por volta dos 41 anos de idade (6,5 vezes superior do que aquele que tem 16 anos).

Esses dados confirmam que o jovem é superexplorado. Ou seja, o patronato se aproveita do fato de serem inexperientes para pagá-los menos. Isso quando os emprega. O governo do PT, por sua vez, contribui com essa tendência, reforça essa situação de superexploração. Primeiro, estabelecendo um salário mínimo de fome de R\$ 350,00; segundo, criando programas que levam milhares de jovens a viverem com esse salário miserável.

Chega de assistencialismo!

Todos os dados expostos demonstram que há uma forte relação entre o sa-

lário mínimo necessário à sobrevivência de uma família e o emprego da juventude. De um lado, os pais (se os jovens os têm) ganham pouco; de outro, os jovens não têm emprego e, quando arrumam, também ganham pouco. Em resumo: falta emprego e os que existem são precários seja para a juventude ou sua família.

Dados até mesmo da imperialista UNESCO revelam que 6,7 milhões de jovens no Brasil não trabalham nem estudam, o que corresponde a 20,3% da juventude do país, que é composta de 34 milhões de pessoas entre 15 a 24 anos. O IBGE menciona que a taxa de desemprego dos jovens, há anos, é o dobro das taxas encontradas entre a população adulta.

O próprio Ministério do Trabalho e Emprego admite que há 3,5 milhões (45%) de jovens (de 16 a 24 anos) desempregados, de um total de 7,7 milhões no país. O último registro sobre o Estoque de Empregos Formais por Faixa Etária, desse ministério (de 2004), aponta que, de 31.407.576 empregos formais, apenas 6.128.129 (19%) pertenciam aos jovens. Na região metropolitana de São Paulo, 800 mil estão desempregados, isto é, 32,6% do total; sendo 58,5% os mais pobres (com renda familiar de até R\$ 400,00).

O desemprego sempre existiu no capitalismo. Os patrões sempre cuidaram de manter um exército industrial de reserva para ameaçar os demais trabalhadores empregados que reivindicam aumento de salário. Trata-se do velho esquema: “Não quer trabalhar por pouco? Tem quem quer!”. Esse exército de reserva divide os trabalhadores na luta de classes e garante a exploração da força de trabalho, isto é, o pagamento mínimo pelo máximo de capacidade do trabalhador.

O governo tenta iludir a juventude e demais trabalhadores explorados com esses programas que, na realidade, nem chegam a cumprir com a meta definida. Em 2003, a proposta era de, em 1 ano de Programa Primeiro Emprego, atender 150 mil jovens. De 2003 a 2005 (dois anos depois), o governo só “empregou” 6.282 jovens. As empresas, no entanto, correram para receber a verba e os “escravos”, num total de 5.806.

Contra a miséria, Salário Mínimo Vital. Contra o desemprego, Escala Móvel das Horas de Trabalho.

O único combate eficaz à miséria consiste no aumento salarial real. Ou seja, na definição de um salário mínimo que garante de fato a sobrevivência de uma família de quatro pessoas. O POR está em campanha pelo SALÁRIO MÍNIMO VITAL. Defende que ele se estenda também à juventude. O salário mínimo vital deverá ser calculado pelas assembleias sindicais e populares.

O POR, mesmo defendendo que o

cálculo seja feito pelos trabalhadores não se exime da responsabilidade de propor um valor que considera próprio para a garantia da sobrevivência de uma família de quatro pessoas. Esse valor hoje está em R\$ 2.500,00.

Acompanha a defesa do salário mínimo vital a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO para solucionar o problema do desemprego. Trata-se da divisão dos postos de trabalho pelo número de trabalhadores aptos, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO! Essa medida, na prática, diminui a jornada de trabalho e ainda ataca a anarquia econômica própria do capitalismo, onde o

mercado (incluindo o de trabalho) é cego e caminha não se sabe para onde. Esta é a única maneira certa, exata, de não termos desempregados.

NENHUM JOVEM SEM EMPREGO!

NENHUM JOVEM FORA DA ESCOLA!

NENHUM JOVEM GANHANDO MENOS QUE O SALÁRIO MÍNIMO VITAL!

ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO!

SALÁRIO MÍNIMO VITAL PARA TODOS OS TRABALHADORES!

Passe Livre:

Como organizar o movimento nacional

Nos próximos meses, será realizado em São Paulo o terceiro encontro do Movimento pelo Passe Livre. A diferença dos anteriores, deste encontro somente poderão participar representantes de agrupações que previamente tiverem concordado com o que uma coordenação informal - que assumiu o papel de comitê central - denominou de "princípios". Estes princípios são: a) apartidarismo b) horizontalidade e c) federativismo. A condição para participar do movimento nacional, receber "autorização" para usar a sigla MPL e o símbolo do chuta-catraca é o envio de uma "carta de adesão" ao MPL nacional, concordando com aqueles "princípios".

Em aberta contradição com a tendência a se expandir nacionalmente e incorporar setores mais amplos da juventude - e não apenas estudantes - e ainda a se vincular com as lutas dos trabalhadores, os auto-proclamados dirigentes do MPL fecham o encontro a qualquer outro setor ou grupo de militantes que não se submeta a fazer profissão de fé nos tais princípios, que nesta altura já viraram dogmas.

Ao invés de se constituir como uma pequena seita de escolhidos, é necessá-

rio defender a estruturação de um amplo e democrático movimento que incorpore todos os setores que combatem por esta bandeira e se vinculam a outras reivindicações da juventude e das massas em geral a partir dos seguintes pontos:

- O movimento nacional pelo passe livre deve se estruturar a partir de comitês locais constituídos democraticamente por todas as pessoas e correntes que defendam esta bandeira. As decisões devem ser precedidas da mais ampla discussão e garantia de expressão de todas as posições e, se não houver consenso, decide-se por maioria de voto dos militantes.
- Constituição de um comitê nacional estruturado nos mesmos moldes dos comitês locais para coordenação das ações. Os comitês locais têm autonomia para encaminhar suas lutas e não são subordinados ao comitê nacional.
- Os encontros nacionais anuais seguem o mesmo critério de composição democrática e, para preservar a expressão de todas as posições, as delegações locais enviam seus delegados na proporção do seu peso respectivo. Os encontros nacionais são o momen-

to da discussão política e de tomada de posições mais amplas sobre a conjuntura, as grandes questões organizativas, enfrentamento com o Estado e alianças com outros movimentos.

- Vinculação da reivindicação do passe livre com a defesa de escola e emprego para todos os jovens (meio período no emprego e meio período na escola); salário mínimo real com reajuste automático (escala móvel de salário); emprego para todos (escala móvel de horas de trabalho).
- Estatização de todo o sistema de transporte público no país, sem indenização e sob controle dos usuários e trabalhadores.

Somente um movimento amplo poderá de fato abarcar todas as setores da juventude, principalmente os jovens proletários que estão alijados das universidades e dos espaços da pequena burguesia.

É preciso combater toda ilusão de que o capitalismo atrasado e decadente poderá resolver os problemas de transporte, estudo e emprego da juventude. Trata-se, pelo contrário, de se fazer da luta pelo passe livre uma alavanca para avançar na luta contra toda a opressão capitalista e pelo socialismo

Adquira com o distribuir deste jornal: Textos sobre a Tática - Marx, Lenin e Trotsky

Este material serviu de base para a Escola de Quadros realizada em nossas conferências regionais

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Terra

Multinacionais impõem a soja transgênica

Há uma previsão de que a soja transgênica ocupa 30% das fazendas produtoras. No Rio Grande do Sul, chegou a mais de 90%. A verdade é que em Santa Catarina e Rio Grande do Sul o plantio transgênico é quase total. Em outros Estados, o cultivo dessa soja tem avançado. Na região Centro-oeste, atingiu 50%. Em São Paulo, esse cultivo deve sair do patamar de 15% para 30% na próxima safra. No Paraná, o governo tem proibido o plantio, mas já detém 20%. Latifundiários de São Paulo, Goiás, Minas Gerais introduziram a transgênica em

parte de sua produção, para verificação de custo.

As multinacionais que controlam a produção de sementes geneticamente modificadas pressionam os produtores mostrando os benefícios em quantidade e lucratividade. Demonstram que o uso da tecnologia RR (roundup ready) reduz as plantas daninhas e de herbicidas, o que diminui o custo de produção. Dizem que a redução é de 80 a 100 reais por hectare. Questionam as sementes piratas, sem comprovante de certificação, e exigem o pagamento de 2% quando da venda da

safrinha. Determinam que: “se o produtor pagou pela tecnologia, terá o certificado de que comprou sementes licenciadas... quem não pagou os royalties, pagará na hora de vender o produto.

Como se vê, as grandes empresas controlam as sementes, distribuição, venenos e taxam os que não têm comprovante da transgênica. A agro-exportação da soja brasileira depende das multinacionais. Forçaram o governo a criar a legislação que permite o plantio da transgênica e derrubam os pequenos produtos de soja convencional.

10 anos de impunidade à chacina de Eldorado dos Carajás Um ano do assassinato de Dorothy Stang Uma história de lutas e massacres

A violência dos fazendeiros e madeireiros no Estado do Pará contra os sem-terra e lideranças sindicais vem de longa data. O massacre de Eldorado dos Carajás em 17 de abril de 1996, o assassinato em fevereiro de 2005 da missionária Dorothy Stang no município de Anapu, de dezenas de sindicalistas e prisões de camponeses são testemunhos da violência reacionária da burguesia, dos aparatos militares e dos governos. Mesmo assim, permanecem impunes.

Nessa semana, como parte da jornada março/abril vermelho do MST, os sem-terra que haviam ocupado a fazenda Rio Vermelho foram escurraçados pelo pelotão de choque da polícia militar. Na operação de guerra, foi preso um dos dirigentes, Alberto da Silva Lima.

Em Eldorado dos Carajás, os camponeses ocuparam a Fazenda Peruana. Os jagunços do latifundiário Jorge Mutran investigaram contra os sem-terra. Mas o fazendeiro acusa os ocupantes de “terroristas” e de destruição de um laboratório

de Sêmen. O Secretário de Defesa Social do Pará, Manoel Santino, rapidamente responsabilizou os ocupantes e disse que se trata de uma “orquestração nacional do MST” e exige que o governo Lula seja mais duro na punição daqueles que “depredam o patrimônio privado”. Prontamente, o governo de Simão Jatene (PSDB) abriu inquérito policial para incriminar os camponeses e para ressarcir os “prejuízos” ao fazendeiro.

A gravidade do problema fundiário no Pará se deve à brutal concentração de terras nas mãos da burguesia agrária: 1% das propriedades ocupa mais da metade do Estado. Boa parte dessas terras são públicas (devolutas) e apropriadas pelos fazendeiros. O Pará, que contém parte da floresta amazônica, é um dos Estados mais devastado pelos exploradores da madeira e pecuaristas, que burlam a débil fiscalização e exterminam aqueles que os denunciam.

A miséria dos camponeses, o grande número de sem-terra, a pobreza dos indígenas e das populações ribeirinhas fa-

zem do Pará uma região de constantes de choques de classe. No passado, esse Estado teve um papel importante nas lutas pela independência contra as forças colonizadoras portuguesas. No império, os cabanos protagonizaram o levante, que foi durante reprimido, conhecido pelo nome de Cabanagem (1835-1840). Nos anos de 1980 milhares de brasileiros foram atraídos para a região à busca do ouro da Serra Peladas, que em pouco tempo só fez aumentar o número de indigentes na região. Recentemente, os pobres e explorados enfrentam o poder dos latifundiários, pecuaristas, madeireiros e dos governos subservientes. Trata-se de um povo sangrado pela ação dos exploradores.

A luta dos explorados do Pará é a mesma que se trava contra a burguesia na cidade e no campo. A aliança operária e camponesa é a que impulsionará a derrota dos exploradores e a conquista das reivindicações vitais (terra e trabalho) dos camponeses, sem-terra e demais explorados.

Rondônia

Organizar a unidade da luta dos trabalhadores da educação para enfrentar os saques do governo Cassol/PSB

Corrente Proletária da Educação - abril de 2006

Os trabalhadores de educação e demais trabalhadores do Estado de Rondônia devem dizer não às esmolas que o governo anunciou inicialmente de 2% de reposição e que depois passou a 5%, oferecidos sob pressão da ameaça de greve do funcionalismo público estadual. O governo Cassol(PSB) tentou convencer os trabalhadores que estava sendo condescendente demais, afirmando que o governo PT/Lula só tinha oferecido 1% para os funcionários federais. Portanto, estava oferecendo um percentual de 100% acima do oferecido pelo governo federal.

Diante da situação de penúria que os trabalhadores vivenciam junto a sua família, não existe outro caminho a não ser responder à opressão do governo Cassol com a luta unificada de todo funcionalismo estadual com mobilizações, manifestações de rua, ocupações, bloqueios, enfim, com os métodos de ação direta indicados pela classe operária revolucionária, para arrancar o percentual de reposição que venha atender as necessidades de cada trabalhador e sua família, com a conquista do salário mínimo vital.

Cassol e Licório Destroem a Escola Pública em Rondônia Seguindo a Cartilha do Governo PT/Lula e Banco Mundial e Golpeia os Trabalhadores da Educação e Demais Trabalhadores

Só para nos situarmos no cenário. São salas de ensino fundamental de 1ª a 4ª séries superlotadas, com aproximadamente 40 alunos, o que sobrecarrega professores e funcionários e fomenta denúncias de pais contra professores e funcionários nos órgãos públicos do Estado. Tudo isso promove o choque de trabalhador contra trabalhador.

Migalhas são oferecidas como reposição salarial, que sequer entram na aposentadoria e por isso ao aposentar-se o trabalhador passa a receber em torno de apenas 60% do salário dos ativos. Outro golpe é a eliminação das séries iniciais do ensino fundamental nas escolas João Bento e do Carmela Dutra em Porto Velho. Já se tornou normal os trabalhadores darem entrada nas licenças e aposentadorias e não serem liberadas. Trabalham doentes e excedem ao tempo de aposentadoria por inúmeros meses. Tornam-se comuns as mortes precoces de trabalhadores, decorrentes de excessos de trabalho.

No município de Rolim de Moura foi retirado o auxílio transporte, que corresponde a um percentual maior que a reposição de fome que o governo ofereceu. O governo oferece o percentual de fome com uma mão e com a outra saqueia parte ainda maior do salário do trabalhador.

A disparidade de salário é gritante quando comparamos o salário do secretário de educação do governo Cassol – César Licório, que em reunião no auditório do Carmela Dutra falou que seu salário subiu de R\$ 6.000,000 para R\$12.000,00, acrescentando que por isso era mais que inoportuno o momento para ele deixar o cargo e candidatar-se ao parlamento. Enquanto isso, um professor de nível superior recebe líquido menos de R\$1.000,00.

A criação das Escolas Pólos fazem parte dos golpes aos trabalhadores sobretudo do campo, cujos filhos só terão chances de estudar se poderem se deslocar para estas escolas e se elas dispuserem de vagas. A criação dessas escolas significa fechamento de várias outras escolas e cortes de vagas, bem como aumento do desemprego no setor da educação e encurtar ainda mais as chances da juventude camponesa frequentar a escola.

Por um Salário Mínimo Vital para Todos os Trabalhadores e Defesa da Escala Móvel das Horas de Trabalho

A Corrente Proletária da Educação (CPE) rechaça todas as medidas impostas por esses abutres que se nutrem do sangue dos trabalhadores. Defende ainda que não podemos aceitar o salário mínimo de fome do governo PT/Lula de R\$350,00. O cálculo do Dieese, em dezembro, indicou um salário mínimo de R\$1.607,11 como o valor necessário para cobrir as despesas de uma família.

A CPE reconhece que esse salário defendido pelo Dieese é insuficiente ainda para atender as necessidades nutricionais dos trabalhadores e para atender as demais necessidades de uma família. O salário mínimo proposto pelo governo corresponde a um valor inferior ao proposto pelo Dieese em quase 5 vezes. Por isso, dizemos que todos aqueles que se reivindicam de defensores dos oprimidos precisam defender o salário mínimo vital de R\$2.500,00, cujo cálculo correspondem as necessidades vitais da família trabalhadora.

Professores-SP

Por que 1 milhão e 400 mil jovens abandonam o ensino médio?

Por que somente 9 milhões freqüentam esse nível de ensino?

Por que mais de 10% desses alunos foram reprovados?

Os dados acima são do último censo escolar. Revelam que o número de jovens matriculados no ensino médio, em todo o país, é insignificante. São 9.169.357 alunos, para 35 milhões que passam pelo fundamental. É também grave o fato de 15,3% (1.402.822) abandonarem as escolas e 965.207 serem reprovados nesse nível de educação.

Eis as explicações dos acadêmicos e da burocracia sindical

Para o diretor da Universidade de Brasília, Erasto Fortes, o abandono se deve ao currículo que é ministrado nas escolas, “não adaptado à formação integral do aluno”, somado à falta de “políticas de apoio ao estudante” (merenda, transporte), à falta de professores de áreas de exatas e o deslocamento para as suplências.

Para a coordenadora de programas da ONGs Ação Educativa, Vera Masagão, o problema é a condição de ensino que desestimula a juventude.

Juçara Vieira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, fala da “falta de perspectiva do ensino médio”. Diz que: “Em termos de inclusão e de mercado de trabalho, o ensino médio não tem dado muitas respostas”.

O presidente da UBES, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Thiago Franco, conclui que: “A escola não é um ambiente agradável, o currículo deve estar ligado ao cotidiano e o ambiente deve ser mais democrático”.

Trata-se, portanto, de explicações que nada têm a ver com a realidade vivida pela juventude. O fracasso da escola não é problema de currículo, de falta de identidade, de ambiente e outras conjecturas apontadas acima. A burocracia sindical e estudantil procurou recheiar suas explicações subjetivistas com algumas tinturas realistas. Mas no fundo, há uma acordo entre todos eles de que o problema está na educação. Nada mais falso.

O que diz a juventude

Alguns jovens dizem que abandonam a escola quando arrumam trabalho. E a razão está em que levantam muito cedo, antes da seis da manhã, e só retornam depois das 23:30 horas. Uma jornada estafante entre trabalho e estudo. Outros, falam que não é possível combinar as duas coisas e que o emprego é fundamental. O salário de R\$265,00 de uma estagiária de banco

é determinante na escolha entre estudos e emprego, que diz: “Não posso parar, preciso ajudar minha família”. Outro jovem afirma: “na disputa entre a vontade e o cansaço, às vezes é o segundo quem vence”. E ainda há aqueles que dizem que “perdi a vontade de ir”, porque ora estou empregado, ora desempregado.

Esses exemplos demonstram a real condição da maioria da juventude, que é de família pobre, mora na periferia e não consegue ajustar a jornada de trabalho (quando tem) com a dos estudos. Nesse jogo de braço, vence a condição objetiva, de sobrevivência.

As verdadeiras razões

Segundo o censo, há no Brasil 34,8 milhões de jovens entre 15 e 24 anos. Uma parte dessa juventude está fazendo os cursos rápidos de suplência e à distância. É o caso do EJA, no Rio Grande do Norte, que teve um crescimento de 126%. Em quase todos os Estados houve crescimento dessa modalidade de ensino de curta duração e à distância, em detrimento do ensino regular. Mas a grande maioria não estuda ou entrou no grau médio e já saiu. Soma-se a isso o fato de que 23% dos jovens moradores de seis grandes capitais nem estudam e nem trabalham.

Os argumentos dos jovens sobre o abandono da escola revelam:

1. que os filhos dos trabalhadores necessitam do trabalho e que não podem optar entre o estudo e o emprego;
2. que as jornadas de trabalho são estafantes, tanto no tempo de duração quanto na produtividade;
3. que o salário se destina a ajudar na manutenção da família. Quase sempre abaixo do mínimo de fome do governo;
4. que a escola passa ser supérflua diante da sobrevivência;
5. que todos vêm a importância de ter os estudos, mas este passa ser um peso a mais na vida dos jovens;
6. que não resta outra alternativa senão recorrer aos ensino médio de curta duração e de presença flexível;

Esses elementos são suficientes para concluir que a educação não está separada da economia e das condições de existência. Portanto, a pequenez do grau médio e a evasão escolar são conseqüências do modo de produção social, na qual a escola está inserida.

No Brasil, o nível de escolaridade da população trabalhado-

ra é extremamente baixo. Mal conclui as quatro séries iniciais. A juventude, que passou pelo nível fundamental, está obrigada a compor a renda familiar. Num país em que o desemprego é violento, os jovens vão para o mercado de trabalho e sofrem as conseqüências da precarização das relações trabalhistas e do salário mínimo miserável. Como não há emprego a todos, a parcela que arruma trabalho se sujeita às condições de semi-escravidão. As jornadas são enormes, o deslocamento entre a casa e o local é extremamente longo, a produtividade tem de ser alta e, quase sempre, nem refeição é assegurada. Essa situação por si só é impeditiva ao acesso aos estudos.

A elevação cultural da juventude é impedida pelos planos educacionais dos governos, que asseguram em parte somente o ensino fundamental, pela política burguesa de desemprego e superexploração do trabalho.

Professores municipais - SP

Grandes manifestações de rua marcam a greve

Os trabalhadores da educação do município de São Paulo estão em greve desde o dia 28 de março. As razões do movimento se devem à política do PSDB de destruição da educação gratuita por meio da imposição de projetos privatistas, da manutenção do arrocho salarial e da retirada de direitos elementares.

As assembléias têm sido massivas, mostrando a enorme disposição para arrancar do governo as reivindicações. A direção do sindicato, constituída de ex-PCdoB, PT e PSOL, não teve outra alternativa, porque o governo não oferece nada, senão encaminhar a greve.

Mas, a força da greve depende da paralisação da grande maioria das escolas e de torná-la ativa. A quebra do isolamento é fundamental, no momento em que não há outros setores de trabalhadores em greve. Isso implica o forte apoio dos pais, alunos e de outros setores da educação, em particular os da rede estadual.

Do PSDB ao PFL

José Serra (PSDB), que pretendia ser candidato à presidência da República e foi preterido em favor do Alckmin, deixou a prefeitura para Gilberto Kassab do PFL para disputar as eleições para governador. A trajetória política da ladroagem de Kassab é bem conhecida, principalmente, na época em que foi secretário do corrupto Pitta.

A cada eleição, os politiquinhos e seus partidos, trocam de posto. Passadas as eleições, se ganham formam a corriola dos "colaboradores" (secretários, ministros e cargos de segundo escalão); se perdem, ou fazem alianças com os vencedores, ou tramam uma oposição para comparecem como novos candidatos para o próximo pleito. O fato é que os partidos burgueses dependem do aparelho do Estado para sua sobrevivência e para continuar impondo a política dos exploradores.

O fundamental é que para os trabalhadores nada modifica. Serra impõe os planos de cortes de recursos à educação e a outros setores sociais e Kassab dará continuidade. O essencial da política governamental é ditada pelo grande capital estrangeiro (FMI, Banco Mundial etc), que determina as reformas neoli-

A combinação dos estudos com o trabalho, a partir de uma certa idade, é o caminho para o acesso da juventude à escola e sua permanência. Trata-se da luta dos jovens, dos estudantes e dos trabalhadores pela defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis. A reivindicação de 4 horas na produção social e o restante na escola é a explicação que devemos à evasão escolar, repetência e ao pequeno número de matrículas no ensino médio.

A luta pelo ensino gratuito, combinado com o trabalho, permitirá à juventude compreender que o problema não é individual, mas coletivo. E que o sistema econômico capitalista não pode assegurar a todos o ensino e o trabalho. Por isso, a luta dos estudantes é a mesma de todos os explorados pela derrocada do capitalismo, que condena a maioria oprimida ao atraso cultural, ao desemprego e à miséria.



berais de redução da responsabilidade do Estado para com os serviços públicos e a transformação destes em negócios rendosos. Serra/Kassab não faz senão seguir as lições que são traçadas para todo o país.

Aos trabalhadores não resta outra alternativa senão a luta contra os politiquinhos corruptos e os planos antinacionais e antipopulares, que atingem em cheio a vida dos assalariados.

A greve dos educadores municipais mostra o caminho para arrancar as reivindicações, que só pode ser com muita luta.

A privatização da educação municipal

Nem bem foi eleito prefeito, Serra criou o TOF ("Toda Força ao 1º ano do ciclo I) que nada mais é do que favorecer as universidades privadas, que selecionam os alunos que não podem pagar os cursos para prestar serviços à educação. O "estagiários" recebem simbolicamente R\$400,00, porque o dinheiro fica na conta do dono da faculdade. O orientador dos estagiários é um professor universitário, que faz um bico na rede municipal e recebe um bom salário de R\$ 4000,00 para ditar as ordens aos estagiários. Ao invés de usar os professores da rede, Serra ajuda

os empresários e os professores que querem fazer uma boqui-
nha às custas do dinheiro público.

O programa "Ler e Escrever" comparece como recuperação
contínua e paralela fora do horário de aula. Esse é para ajudar
as ONGs, que criaram uma rede para executar esse projeto.

O "São Paulo é uma escola", que criou o pré e pós aula e a
escola aberta no final de semana, também está a cargo das
ONGs, que contratam os "agentes recreativos, oficineiros e es-
tudentes". Os trabalhadores recebem menos, estão submetidos
à violenta exploração e às demissões.

Esses exemplos servem para mostrar como o prefeito vem
impondo a privatização na educação. O modelo privatista de
São Paulo certamente servirá para os outros municípios e esta-
dos. Combatê-lo é uma tarefa dos educadores, pais e estudantes.

A greve tem como exigência o fim desses projetos privati-
zantes.

Defender o ensino público é lutar contra a reforma educacional privatista e contra a superexploração do trabalho

A greve dos trabalhadores se choca com a reforma educacio-
nal do governo que atinge todas as esferas da federação. A mu-
nicipalização tem como objetivo ampliar a privatização. Os

É importante participar do Coneb da UNE defendendo a independência do movimento e o ensino público!

O Coneb (Conselho Nacional de Entidades de Base) da
UNE acontecerá entre os dias 13 e 16 de abril, na cidade de
Campinas, interior de São Paulo, pela primeira vez em oito
anos (o último foi em 1998). Reunirá representantes de centros
acadêmicos de todo o país.

Temos visto que a UNE está extremamente burocratizada,
distante dos estudantes. A burocratização da UNE é decorrente
da política de sua direção (UJS/PCdoB), oposta às necessida-
des e interesses dos estudantes. O PCdoB faz da UNE um braço
do governo do PT/Lula (o qual apóia) no interior do movimen-
to estudantil. Uma UNE democrática a colocaria em choque
com o governo e suas políticas, portanto em contradição com
sua atual direção.

O PCdoB mantém o controle da UNE baseado na sua in-
fluência sobre os estudantes das universidades privadas, am-
pla maioria no país. Essa influência é construída a partir da
política assistencialista e de conciliação com os capitalistas da
educação (intermediação nas negociações de bolsas e financia-
mento etc.), no culturalismo despolitizado (festivais etc.) e em
eventos sociais (festas etc.).

Diante das necessidades dos estudantes de lutar pelas rei-
vindicações de forma unitária, é preciso recuperar a UNE para
os estudantes, tomando-a da atual direção burocrática e sub-
missa à burguesia e ao governo. Essa é uma tarefa que só pode
ser cumprida pelos próprios estudantes. Daí a necessidade de
disputar a influência política que a atual direção tem sobre os
estudantes, ajudando-os a romper com a política da direção
atual e unindo ao redor de uma política de luta pelas reivindi-

governos ao instituírem os projetos por meio de cooperativas,
ONGs e universidades privadas não fazem senão dar seqüência
a linha determinada pelo Banco Mundial à educação no Brasil.

A defesa do ensino público em todos os níveis, que pressu-
põe o fim da reforma governamental e o atendimento das rei-
vindicações de salário e emprego, é o centro do movimento
grevista. E não por acaso, os governos agem de forma unitária e
centralizada contra as reivindicações.

Para quebrar a unidade governista é preciso a força da classe e
o avanço dos métodos que são próprios dos explorados, como o
da greve ativa por meio de bloqueios de avenidas, ocupações e
outras manifestações de massa. Contar com o apoio efetivo dos
alunos e familiares é decisivo no enfrentamento com o governo.

Qualquer recuo nesse momento é colaborar com a ofensiva
do prefeito contra o ensino público. Qualquer vacilação da di-
reção do sindicato é favorecer os governos que implantam a fle-
xibilização do trabalho por meio da destruição do plano de
carreira, a miséria de 4 reais por hora-aula e a contratação de
cooperativas e ONGs no lugar dos trabalhadores da educação.

Toda força à greve

Atendimento imediato das reivindicações

**Escola pública, gratuita em todos os níveis e voltada à pro-
dução social**

Fim da reforma educacional e previdenciária

cações e unidade com os explorados contra os exploradores.

Abandonar a UNE significa fortalecer a atual direção e dei-
xar a maioria estudantil sob sua influência nefasta. Não é à toa
que não se convocam as entidades de base para um Coneb des-
de 1998, quando a direção burocrática foi derrotada em sua in-
tenção de estabelecer filtros para a escolha de delegados ao
Congresso Nacional da UNE. A decisão de parte da oposição
de abandonar a UNE para formar a Conlute deixará a atual di-
reção mais forte diante das correntes de oposição. Certamente,
a atual direção apresentará uma resolução de apoio ao governo
e suas reformas. É importante combater essa submissão junto
ao conjunto dos CAs que estarão no Coneb.

Propomos que os CAs envie seus representantes ao Coneb,
escolhidos a partir de debates em assembléia, e que defendam:

**1) Romper a submissão da UNE ao governo do PT/Lula:
por uma UNE independente, democrática, de massa e de luta;**

**2) Combate à destruição da educação, defesa do ensino
público, e gratuito e laico para todos, o que só pode se dar com
a estatização de toda a rede privada sob controle dos que nela
estudam e trabalham;**

**3) Pela derrubada da reforma privatista da educação de
Lula e do conjunto de suas reformas neoliberais;**

**4) Unidade do movimento estudantil com os explorados
na luta anticapitalista;**

**5) Defesa das reivindicações da juventude, em especial a
de escola para todos (com todas as condições para isso, por
exemplo, passe livre) e emprego, com uma jornada de 4 horas,
o restante para estudo e lazer.**

Estupros na USP: A responsabilidade é da Administração

A universidade não está à margem da sociedade em que vivemos. O aumento da violência urbana tende a contaminar a universidade. Mas só isso não explica o aumento de casos de estupro e outras formas de violência.

A necessidade de deslocamento num campus do tamanho da Cidade Universitária implica um transporte circular freqüente, o que não acontece. Obrigados a andar a pé, estudantes, professores e funcionários têm de percorrer grandes distâncias. O fechamento do campus à população, a falta de iluminação adequada e conservação dos gramados (mato) levam a áreas desertas de pessoas, fechadas de mato e escuras. Em resumo: todas as condições favoráveis a ataques, por ladrões ou estupradores.

Pior ainda: no caso de algum acontecimento, a grande maioria dos seguranças da universidade são terceirizados, sob contratos de exclusiva proteção de patrimônio. Para cortar gastos, a administração prefere deixar os que estudam e trabalham à margem de sua "segurança".

De quem é a responsabilidade? Claro que é da Administração (Reitoria e Prefeitura do Campus).

Muitos têm a ilusão de que com mais policiamento a violência diminui. Só quem não convive com a violência urbana pode acreditar nisso. A maioria dos bairros sofre com a violência apesar da presença freqüente da polícia. A presença da polícia no campus só vai reforçar seu caráter elitista e com isso atrair a ação de assaltantes e outros.

A redução da violência no campus depende de sua abertura à população, quantidade de circulares suficientes para os deslocamentos internos, boa conservação e iluminação, fim das terceirizações e contratação dos funcionários pela USP, de modo a que tenham vínculo com quem aqui estuda e trabalha.

A resposta das organizações de professores, funcionários e estudantes

O problema da violência no campus tem de ser respondido com a mobilização pelas reivindicações. Cabe aos sindicatos de professores e funcionários, ao DCE e aos CAs realizarem uma campanha de esclarecimento e mobilização, para com a força da pressão levarem a reitoria a atender as reais necessidades de quem estuda e trabalha.

A Corrente Proletária Estudantil faz campanha pelas seguintes bandeiras:

1. Mais circulares: para que as pessoas não sejam obrigadas, pela enorme demora, a caminharem pelo campus seja de dia ou de noite;

2. Aumento das linhas que chegam ao campus: combater a grande diminuição dos ônibus ocorrida no último período, principalmente no período noturno, em que a diminuição está ligada com um tempo maior de espera em pontos desertos;

3. Abertura imediata do campus para toda a população 24h por dia, todos os dias do ano: a política de fechamento do campus só contribui para que o mesmo se torne um deserto, o que facilita a ação dos estupradores. Quando falamos na abertura

da universidade à população, vamos bem além de sua presença para uso como lazer – falamos no livre acesso, que permitirá que os assalariados ingressem na universidade e a transformem radicalmente;

4. Fim das terceirizações e contratação de todos os funcionários terceirizados pela USP. A terceirização de serviços, além de constituir superexploração do trabalho, elimina compromissos dos que zelam pelo patrimônio ou limpeza com os membros da universidade. Já houve relatos de "seguranças" que se omitiram em casos de agressões ou outros porque a empresa contratada só tem responsabilidade pelo patrimônio

5. Instalação imediata de mais telefones públicos: caminhando pelas avenidas da universidade, é difícil encontrar um telefone público, o que também facilita a ação dos estupradores, já que se a pessoa precisa pedir socorro e não possui celular...;

6. Instalação imediata de iluminação em locais que não possuem: esta é uma medida tão elementar que nada demonstra mais o descaso da Reitoria e Prefeitura do campus com a vida das pessoas.

Assembléia geral de estudantes da USP absolve reitoria de responsabilidade pelos estupros

No último dia 23/03, na Física, realizou-se a assembléia geral de estudantes da USP, para discutir o problema dos estupros no campus.

Nossa posição foi a de que a atual administração da USP é responsável por criar um ambiente propício à ação de estupradores e assaltantes. Isto porque o campus é fechado à população e fica semideserto. A baixa freqüência de circulares obriga as pessoas a andarem grandes distâncias, em lugares ermos. Não há iluminação adequada, o mato fica alto, sem corte por meses. A segurança e limpeza estão terceirizados e precarizados (os funcionários contratados pelas empresas terceirizadas só "zelam" pelo patrimônio). Não há orelhões em número suficiente para se pedir ajuda.

É verdade que a opressão sobre a mulher faz com que essas condições as prejudiquem de forma mais acentuada que aos homens. É justamente por isso que o combate concreto à opressão da mulher se dá com a exigência à reitoria que atenda às reivindicações de abertura do campus à população, mais circulares, iluminação adequada, corte do mato, fim das terceirizações.

Mas a assembléia de estudantes da USP, mal convocada e com pouca participação, decidiu por outro caminho. Rejeitou a responsabilização da reitoria e colocou como causa dos estupros o machismo. Combater o machismo em geral não contera a ação dos estupradores. E encobre a política de sucateamento, privatização e elitização da universidade colocada em prática pela reitoria.

Os estupros no campus manifestam o aumento da violência e degradação social da sociedade capitalista. Não podemos dizer que acabarão mesmo com o atendimento de nossas reivindicações. Mas certamente serão bem dificultados com elas.

Metalúrgicos do ABC: Por que ceder se podemos conquistar?

A direção do sindicato convocou, para os dias 25 e 26 de março e 08 de abril, plenárias no sindicato para debater com os trabalhadores a renovação ou não do acordo de semana de quatro dias que vence em novembro de 2006. Um fato preocupante é que poucos companheiros estão participando das plenárias. É importante que os companheiros participem, apresentem suas idéias e saibam que proposta a direção do sindicato irá encaminhar para a fábrica.

A coordenação Chapa Um deixou claro nas plenárias que aconteceram nos dias 25 e 26 de março que pretendem continuar com sua política entreguista de negociar a retirada de direitos dos trabalhadores. A coordenação iniciou as plenárias dizendo que o objetivo era ouvir dos trabalhadores o que poderíamos ceder. No final, informaram que iriam encaminhar para a empresa a proposta de renovação do acordo de semana de quatro dias, que na prática permite a empresa reduzir a jornada e os salários em 15%; utilizar parte da PLR para complementar os salários; colocar um setor para trabalhar cinco dias e outro em quatro; utilizar 1/3 do dissídio como abono; e ainda por cima os trabalhadores ficam devendo cinco horas por mês (banco de horas especial) para a empresa quando trabalham em quatro dias. A coordenação defendeu a continuidade do Banco de Horas, que como sabemos só beneficia a empresa. Além disso, a coordenação colocou-se a favor de novas terceirizações. Como podemos ver, a proposta que a coordenação pretende encaminhar para a fábrica não tem nenhum ponto que beneficia os trabalhadores. Não beneficia os trabalhadores porque é uma proposta da fábrica. Na verdade, nos últimos anos, a proposta do sindicato tem sido a mesma da empresa. O sindicato não tem apresentado uma alternativa, uma outra proposta aos trabalhadores que se

oponha à da empresa e que garanta realmente os empregos, direitos e salários. Está claro que a direção do sindicato e os representantes da Chapa Um esqueceram totalmente a história de luta e de conquistas dos metalúrgicos do ABC. Em nenhum momento eles falam em conquistar, apenas em ceder. Não se pode continuar aceitando pacificamente a política de traição da direção do sindicato, porque só quem está perdendo são os trabalhadores. Chegou a hora de todos dizerem: chega de ceder, chega de perder direitos, chega de terceirização, chega de demissão, chega de redução de salários, chega de medo, chega de humilhação, chega de exploração. É preciso resgatar a dignidade. Lutar coletivamente, através do método próprio de luta dos explorados que são as greves contra o ataque da Volks.

É preciso exigir que a direção do sindicato encaminhe para a Volks a proposta de redução de jornada sem redução de salário.

A direção do sindicato informou na plenária que pretende realizar uma assembleia e convidar um grande número de trabalhadores para entregarem em abril a pauta para a empresa, como forma de pressionar a renovação do acordo.

Companheiros, isso é um absurdo. Como o sindicato quer convidar os trabalhadores a forçar a empresa renovar um acordo que, como vimos, é totalmente contra os trabalhadores? Que não tem nenhuma cláusula que beneficie os trabalhadores?

A direção do sindicato deve organizar sim uma grande assembleia mas para unir todos os trabalhadores em defesa da redução de jornada sem redução de salário (escala móvel das horas de trabalho), pois esta é a única proposta que realmente vai garantir os empregos e salários. É preciso começar a organizar nossa resistência a partir de agora.

Judiciários de São Paulo

Retomar a luta contra o arrocho salarial e a retirada de direitos

Os trabalhadores do judiciário de São Paulo, estão com os salários defasados em mais de 40%. Os pequenos reajustes conquistados com muita luta, nos últimos anos, foram corroídos rapidamente pela inflação.

Além de terem de suportar essa política de arrocho salarial que já dura mais de uma década, a cúpula do TJ procura se utilizar de diversos mecanismos para aumentar ainda mais a sobrecarga de trabalho, eliminar direitos, cortar benefícios e viabilizar demissões. A terceirização e precarização das condições de trabalho são cada vez maiores. A contratação de estagiários para fazer os serviços cartorários, ganhando menos que um salário mínimo, é um dos exemplos.

A FGV/Consult foi contratada para promover um "choque" de gestão empresarial no judiciário de São Paulo. Dizem que é para molhar a qualidade dos serviços, acabar com a lentidão da justiça, etc. Na verdade esse programa de modernização vem para aumentar a superexploração do trabalho.

Esta situação de opressão e miséria crescentes sobre as condições de vida dos trabalhadores em geral e em especial dos servidores públicos é o resultado da política antinacional e antipopular dos governos. Política essa para redirecionar o dinheiro para o pagamento das dívidas externa e interna, e manter os privilégios da casta burocrática do Estado.

Foi aprovada a data base para categoria mas isso não significa aumento salarial

No final do ano passado, foi aprovado o projeto que fixa o dia 1º de março de cada ano para data base da categoria dos judiciários. Essa notícia causou expectativa em muitos trabalhadores, pois acharam que automaticamente o TJ iria reajustar os salários, o que não ocorreu. A experiência mostrou que o reajuste salarial só ocorre quando os trabalhadores foram à luta.

O plano de cargos e carreiras do TJ

A implantação do Plano de Cargos e Carreiras na categoria faz parte de um plano geral de reestruturação dos judiciários paulista. Trata-se de uma determinação contida na reforma dos judiciários e significa mais um profundo ataque ao conjunto dos servidores.

Apesar disso, os representantes das principais associações se negam a organizar a categoria para combater esse plano, alguns desses representantes passaram a defender o plano, dizendo que se tratava apenas de apresentar emendas para melhorá-lo.

A resposta da cúpula do TJ para os pelegos foi clara, não aceitam qualquer alteração no plano, desmascarando completamente a política traidora que essas associações desenvolvem na categoria.

Para os trabalhadores do judiciário, a única saída é retomar a luta, através dos comitês de mobilização por local de trabalho que culmine numa assembleia geral para discutir as reivindicações e aprovar um calendário de lutas.

Nesta edição:

- O MAS é uma caricatura do MNR de 52
- Bolívia: A incapacidade do governo é reflexo da quebra do regime burguês
- Como se constituirá o novo governo haitiano?
- Luta na França expressa combate geral à precarização do trabalho

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



O MAS é uma caricatura do MNR de 52

O governo do MAS, depois de ter conseguido uma espetacular vitória eleitoral, pretende mostrar-se como um novo e original ator ligado aos “movimentos sociais” que inauguraria um novo ciclo da história boliviana.

Seu eixo central se baseia na impossibilidade da revolução socialista na presente conjuntura e concebe a possibilidade de grandes mudanças estruturais no país dentro do capitalismo. Com essa linha, pretende aparecer com uma postura política radical, mas diferente das correntes marxistas. Seu teórico mais visível, agora ungido como vice-presidente da República, sustenta com clareza que a Bolívia deve esperar cinquenta ou setenta anos para se poder colocar a necessidade do socialismo, nesse período devemos viver um período de desenvolvimento capitalista andino amazônico.

Essa postura não é nova; é a posição inicial do MNR. Ocorre que a Bolívia já viveu e superou o ciclo nacionalista burguês em todas suas formas: algumas vezes como expressões nacionalistas militares como as de Toro e Busch, outras vezes como grandes movimentos antiimperialistas como na primeira etapa de governo do MNR – logo após a revolução de abril de 1952 — e, finalmente, em sua etapa de total submetimento ao imperialismo como nos últimos governos do MNR e, por fim, os militares direitistas (Barrientos, Ovando, Bánzer e García Meza). Talvez a Bolívia seja o único laboratório político onde o nacionalismo burguês surge vigoroso e se esgota definitivamente, em um processo que dura três quartos de século.

O nacionalismo se nutre teoricamente da tese estalinista da “revolução por eta-

pas” que parte do argumento de que, sendo o socialismo uma etapa superior ao capitalismo, este não pode acontecer nos países atrasados antes que esses passem plenamente por todo o ciclo de desenvolvimento capitalista. Segundo essa concepção, a Bolívia está condenada a viver uma primeira etapa de grandes realizações democráticas (capitalistas), sob a forma de “governos democráticos populares” dirigidos por setores progressistas e antiimperialistas de uma suposta burguesia nacional.

Neste processo histórico descrito, na primeira metade do século XX (novembro de 1946), surgem as Teses de Pulacayo. Um documento operário marxista que coloca com precisão, desde o ponto de vista revolucionário, o problema da nacionalização das minas – nesse momento nas mãos dos barões do estanho — e do ancestral problema da terra usurpada, desde a colônia, pela classe dominante feudal. Este documento vai marcar com fogo todo o processo social posterior. Encarnado nas massas mobilizadas, vai obrigar o governo do MNR a decretar a nacionalização das minas e a reforma agrária, mas dentro de uma perspectiva burguesa. Enquanto as Teses elaboravam a bandeira de expropriar as minas e expulsar os barões do estanho, o MNR hipotecava a Bolívia pagando caríssimas indenizações aos usurpadores das riquezas minerais do país; enquanto as Teses de Pulacayo lançam a consigna de “toda a terra aos índios” “conservar as fazendas feudais como unidades produtivas e transformá-las em coletivas nas mãos dos explorados do campo”, o MNR parcela as fazendas e converte os camponeses em pequenos proprietários improdutivos.

Sem dúvida, o que o MNR fez como nacionalização das minas e reforma agrária, não importando se foi dentro de uma perspectiva burguesa e deformando as bandeiras das Teses de Pulacayo, é infinitamente superior ao que agora coloca o MAS sobre a nacionalização dos combustíveis e sobre a solução ao problema da terra. Esta última reivindicação aparece como uma caricatura da anterior. Não estamos falando somente dos atores, mas também da natureza das reivindicações.

Para o MAS, a nacionalização dos combustíveis e sua recuperação para os bolivianos se transforma em uma simples manobra financeira que consiste em comprar das multinacionais duas ou três ações, fato que converteria os bolivianos em acionistas majoritários em uma sociedade com as multinacionais imperialistas e, no problema da terra, coloca o “consenso” com os grandes latifundiários para que estes compartilhem as “terras ociosas” com os camponeses sem-terra. Como medida temerária, Morales anunciou que recorrerá às leis para recuperar as terras ociosas para o Estado (!).

Com este programa político, que é uma caricatura e historicamente superado na Bolívia, pretende aparecer o MAS como o ator que vai inaugurar um novo ciclo da história boliviana. Nem o programa nem seus exponentes se prestam para tanto.

No marco do capitalismo decadente, já estão fechadas todas as portas para um desenvolvimento posterior para a Bolívia. Com o programa que nos dá o MAS estamos destinados a fracassar e sua grande limitação está no fato de desenvolver uma política burguesa.

(Extraído do jornal *Masas boliviano* n.º. 1986, de 24/03/06).

Bolívia:**A incapacidade do governo é reflexo da quebra do regime burguês**

A miséria assola os explorados. Desemprego massivo, salários de fome, camponeses minifundiários mergulhados numa miséria extrema, nossos recursos naturais e empresas estratégicas nas mãos das empresas multinacionais que exploram o país sem limite nem medida. Esta é a única forma que a burguesia nativa, antinacional, laica e do imperialismo, pode existir e fazer fortuna. Este é o pesado fardo do capitalismo atrasado que temos de carregar sobre nossas costas.

Contra essa realidade insuportável é que os explorados se rebelam.

O governo do MAS é reformista, não busca a transformação radical da base econômica da sociedade, isto é, do regime de propriedade imperante; se esgota na intenção de conseguir alguma melhoria nas condições de vida dos distintos setores sociais sem tocar na estrutura burguesa da sociedade nem afetar os interesses gerais da burguesia e do imperialismo.

É por isso que todas as suas medidas que procuram responder de alguma forma às necessidades dos explorados acabam se tornando uma farsa, uma caricatura.

·Anúncio absurdo da promulgação, para julho, de uma lei de "nacionalização" consensuada com as empresas multinacionais.

·Reversão das terras ociosas para o Estado, mas com um prévio processo de saneamento por parte do I.N.R.A., que seu diretor calcula em 10 anos.

·Assembleia Constituinte como um ritual (declara García Linera, "seduzido pelo direito intelectual de governar") para que os indígenas se sintam incluídos na refundação da Bolívia, mas sem que na realidade nada mude.

·Miseráveis aumentos no salário: 7% ao magistério e à saúde, 100% ao mínimo nacional (anúncio recente de Evo, imediatamente desmentido por porta-vozes do governo que esclarecem que é uma idéia em estudo; e que foi rotundamente rechaçada pelos empresários),

·Rebaixamento do custo fixo da tarifa de luz

Parem de esfolar nosso couro! Os explorados já começam a perder a paciência e retornam novamente a ação direta nas ruas, os bloqueios, as marchas, etc.

O que queremos não é que todos ganhem mais que o presidente nem coisas desse tipo, *mas que ninguém ganhe mais que o salário mínimo vital que é o mínimo indispensável para que o trabalhador e sua família não sejam destruídos pela miséria; que haja emprego pleno (sem desempregados), que toda a terra seja para os camponeses e se desenvolva a fazenda coletiva que supere o minifúndio improdutivo; que o país se libere do jugo imperialista; que haja saúde e educação universais e gratuitas.*

Nada disso é possível na decadente sociedade burguesa..

A política revolucionária da classe operária tem de dirigir a rebelião das massas para materializar a revolução que varrerá a grande propriedade privada burguesa nativa e imperialista e instaurará a propriedade social sobre os meios de produção, para que o produto do trabalho social dos trabalhadores (a riqueza socialmente produzida) sirva para cobrir as necessidades do conjunto da sociedade e não para engordar as contas bancárias dos exploradores.

(Extraído do jornal Masas boliviano n.º 1986, de 24/03/06).

Como se constituirá o novo governo haitiano?**As forças políticas e a "unidade nacional"**

O novo presidente espera formar um governo de "unidade nacional". Para isso, reuniu-se com alguns dos candidatos que concorreram à última eleição. Pretende fazer um acordo entre as principais forças políticas do país. Objetiva alcançar apoio interno que reflita o apoio externo já conseguido.

Na realidade, todo o seu governo, que se definirá somente em abril, quando se realizarão as eleições para o legislativo, é dependente da "ajuda" externa. A composição das forças políticas internas no novo governo é apenas um arranjo artificial, mantido sob a vigilância imperialista.

A guerra interna e a intervenção

A violenta burguesia haitiana tem seus interesses expressos nas milícias armadas de ex-militares, as quais atuaram nos golpes sofridos pelo ex-presidente Jean-Bertrand Aristide (em 1991 e 2004). Préval, reconhecendo isso, pretende abolir para sempre da Constituição do país o Exército. Sabe que, enquanto existir uma instituição ao lado das forças políticas contrárias ao seu governo, pode a qualquer momento ser derrubado.

Entretanto, se os setores mais reacionários da burguesia apóiam as milícias, que se concentram no norte do país, o Lavalas (partido do ex-presidente) estimula a formação dos chimères, grupos armados que se apresentavam como organizações populares.

Nesse cenário, em que as massas hai-

tianas ora são arrastadas para um lado, ora para outro, configura-se uma guerra interna. Uma guerra civil que não pode tomar uma forma mais dramática, pois é permanentemente interrompida pela intervenção imperialista.

Préval compreende que não há estabilidade atual sem as tropas estrangeiras, já que depende delas para governar: é com a força militar imperialista que ele constrói um dos arrimos de seu governo.

Crise econômica e cinismo imperialista

Mesmo depois da "ajuda" externa iniciada em 2004, com a queda de Aristide, as condições de vida das massas são terríveis. Há, no país, 70% de desempregados e a miséria permanece. A tão pro-

clamada ajuda financeira ainda não chegou à população. Cnicamente, um recente relatório da OEA (Organização dos Estados Americanos) indica que a comunidade internacional precisa cumprir urgentemente as promessas de ajuda financeira que fez ao país.

Em relação às doações prometidas, as frações imperialistas são reticentes, e, na ausência destas, os países vizinhos dão uma minguada contribuição. A Venezuela pretende vender petróleo a baixo custo. O Caricom, um organismo comercial dos países caribenhos, readmitiu o país entre seus parceiros. Cuba pretende ajudar com o envio de médicos.

Nesse quadro de "solidariedade", o Brasil, que tem servido de correia de transmissão dos interesses imperialistas, busca organizar reuniões para "acelerar" as doações ao Haiti. Nestas, têm

comparecido Argentina, Estados Unidos, França e representantes do Banco Mundial. Nada há de certo nessa ajuda. Mesmo que vier não resolverá os problemas estruturais deste país de capitalismo semi-colonial.

Dependência total e composição do governo

Como se vê, Préval não tem os meios para governar. Não pode sustentar-se enquanto um típico governo burguês. Com a farsa montada (pelo imperialismo) das eleições, criou a expectativa nas massas que poderia cumprir as promessas de campanha. Que poderia realmente combater o desemprego e a fome que reinam no país. Não tem o que é de mais essencial a qualquer governo burguês: alguma estabilidade econômica e controle repressivo sobre as frações adversárias e sobre a população em geral.

Nesses aspectos, submete-se ao que é ditado pelo imperialismo. Depende das doações e da ajuda imperialista para constituir o outro arrimo do seu governo: o econômico.

Não podendo eliminar rapidamente os grupos de ex-militares e de conter a explosividade social da população pobre da capital, que tende a se organizar também militarmente, defende a permanência das tropas da ONU. Não podendo resolver internamente os graves problemas econômicos constitutivos do país semicolonial, aceita os termos dos acordos estabelecidos entre os países vizinhos e entre França e Estados Unidos.

A composição do novo governo é, desse modo, expressão da opressão imperialista, da debilidade da burguesia nacional, e de suas instituições "democráticas". É, enfim, expressão da putrefação do capitalismo atual.

Luta na França expressa combate geral à precarização do trabalho

A mobilização da juventude francesa tem realizado manifestações crescentes contra o projeto de precarização do trabalho da juventude, que estabelece, por meio do Contrato Primeiro Emprego (CPE), a possibilidade de demissão sem direitos de todos os jovens nos dois primeiros anos de trabalho. O governo francês instituiu essa medida primeiro para os estudantes, mas pretende reproduzi-la para todos os trabalhadores. Trata-se de uma necessidade do capitalismo de precarizar as condições de trabalho, de forma a permitir o aumento da exploração do trabalho ao seu nível máximo, ou seja, o de não associar ao emprego nenhum direito que não seja apenas o salário, ainda assim, rebaixado. A crise do capitalismo leva a burguesia a buscar todo tipo de mecanismos para manter artificialmente a valorização do capital. Dentre eles, a precarização do trabalho é uma meta. Ela se apóia no alto índice de desemprego, que desvaloriza ainda mais o preço da força de trabalho, para impor a maximização da exploração do trabalho. Ao lado da destruição de direitos que rebaixa o salário, impõe outras medidas como a do banco de horas, terceirização, vinculação do salário aos

lucros (PLR) etc.

A mobilização da juventude francesa, que começou com a ocupação da Universidade Sorbonne por algumas centenas de estudantes, progrediu para marchas e atos massivos, primeiro com dezenas de milhares, depois com centenas de milhares, chegando aos milhões. O crescimento geométrico das manifestações está ligado à ligação do movimento com os trabalhadores e suas organizações. Movidos pela ameaça de que esse tipo de contrato seja levado às fábricas, os operários e seus sindicatos se juntaram aos estudantes e suas famílias, enfrentando a repressão policial e colocando o governo junto à parede. A tal ponto que chamou organizações estudantis para negociar um meio termo entre a CPE e a situação atual. Somente uma parte das organizações estudantis atendeu ao chamado do governo, pois grande parte dos estudantes e suas organizações acreditam na possibilidade da derrota total do governo e destruição do projeto do CPE. A negociação de um meio termo nessas condições é uma traição ao movimento de massa que cresce e encurrala o governo.

O movimento se elevou ao ponto da realização da greve geral. Apesar

de não ser por tempo indeterminado, mostrou, pela adesão de sindicatos estratégicos para o movimento, a possibilidade de avançar rumo ao confronto mais aberto com o governo e a burguesia.

As atenções da juventude e dos explorados do mundo todo se voltam para a França. Lá se ergueu um movimento massivo de combate contra um dos fundamentos das reformas neoliberais capitalistas: a precarização do trabalho. A vitória da luta francesa abrirá caminho para outras mobilizações pelo mundo, significando um revés importante da burguesia mundial.

O apoio à luta da juventude e trabalhadores franceses vai muito além de manifestações de solidariedade. Tem de avançar para o combate à precarização do trabalho que se realiza em cada país. O partido revolucionário empunha a mesma bandeira dos estudantes e trabalhadores franceses, que se crava como uma cunha contra o avanço das reformas neoliberais pelo mundo, e no rumo da revolução socialista, que por fim ao modo de produção historicamente esgotado e possibilitará o pleno desenvolvimento da humanidade em todos os seus aspectos.